



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXEMPLAR N.º

EXÉRCITO PORTUGUÊS

Comando do Pessoal

AGE.120

### NORMA DE EXECUÇÃO PERMANENTE

**TÍTULO:** Direcção de Administração de Recursos Humanos

**ASSUNTO:** CTM - CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL

**REF.:** a) Decreto-lei 238/96, de 13 de Dezembro - Estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar;  
b) Ofício nº 1642, de 12Ago09, da DGPDN ;  
c) Fax nº 9638, de 27Ago09, Pº 09.19.00, do Gab CEME.

#### 1. FINALIDADE

Especificar os procedimentos a adoptar pelas Unidades, Estabelecimentos ou órgãos (U/E/O) do Exército na concessão de licença especial durante o desenvolvimento de missões de cooperação técnico-militar (CTM).

#### 2. ÂMBITO

A presente norma interessa a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército.

#### 3. EXECUÇÃO

##### a. Aspectos genéricos

- (1) Aos militares nomeados para acções de CTM, e durante o período da missão, só deverá ser concedido o gozo da licença especial, prevista no Artº 9º do Decreto-Lei 238/96, de 13 de Dezembro, sem que daí resulte prejuízo para o serviço;
- (2) A autorização de gozo de licença deve assegurar sempre a continuidade, no terreno, da presença da assessoria militar aos Projectos, salvo quando esta for apenas composta por um elemento, garantindo a prossecução dos respectivos objectivos, definidos nos Programas-Quadro.

##### b. Comissão de serviço de duração inferior a três meses:

- (1) Aos militares nomeados para comissões de serviço de duração inferior a três meses não deverá ser concedida licença especial a gozar durante esse período, salvo por motivos excepcionais devidamente fundamentados e avaliados.
- (2) Poderá ser considerado motivo excepcional o período compreendido entre 22 de Dezembro e 7 de Janeiro de cada ano, período em que se verifica, habitualmente, um decréscimo nas actividades de Cooperação.
- (3) Nos casos referidos em b. (2), a licença a conceder não poderá exceder 2,5 dias por cada mês completo de comissão.

##### c. Comissão de serviço de duração igual ou superior a três meses:

- (1) Para os militares nomeados para comissões de serviço de duração igual ou superior a três meses deve ser concedido o gozo de licença, num máximo de 2,5 dias por cada mês completo de comissão;

Entidade responsável <b>DARH/Cmd Pess</b>	Alteração n.º / data <b>ORIGINAL / SET09</b>	Classificação <b>RESERVADO</b>
--	---	-----------------------------------

AGE.120	CTM - CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL	PAG 2
---------	--	-------

- (2) O período de gozo de licença durante o período da comissão não deverá ser, em ocasião alguma, superior a 15 dias úteis, não sendo considerados para esse efeito os dias de viagem.
- d. Os dias 24 e 31 de Dezembro devem ser considerados como de actividade reduzida, considerando que, nesses mesmos dias, é tradição ser concedida tolerância de ponto aos funcionários e agentes do Estado.

#### 4. DIVERSOS

Estes critérios aplicam-se aos militares nomeados a partir de 01 de Outubro de 2009.

#### 5. NOTA REVOGATÓRIA

A presente NEP revoga as circulares e despachos que, sobre esta matéria, tenham sido publicados pelo Órgão de Administração de Pessoal até à data da sua publicação.

Aprovo

O AGE

Eduardo Manuel de Lima Pinto  
TGEN

Autenticação

O Director de Administração de Recursos Humanos



Rui Manuel da Silva Rodrigues  
MGEN

#### DISTRIBUIÇÃO:

De acordo com o disposto na NEP AGE.004.

Entidade responsável <b>DARH/Cmd Pess</b>	Alteração n.º / Data <b>ORIGINAL / SET09</b>	Classificação <b>RESERVADO</b>
--	---	-----------------------------------